

Relator pulveriza verba e dá pouco aos municípios

BRASÍLIA — Acostumados com relatórios que concentram recursos de forma aleatória em alguns Estados, em detrimento de outros, os integrantes da Comissão Mista de Orçamento se depararam ontem com parecer que pecava justamente pelo contrário. O Deputado José Luís Maia, Relator parcial da distribuição dos recursos orçamentários da Secretaria de Desenvolvimento Regional, pulverizou de tal forma as verbas de sua rubrica que o dinheiro destinado aos municípios ficou insuficiente para se fazer qualquer obra.

Maia acolheu 269 emendas, num total de Cr\$ 3,2 bilhões, em todos os Estados do País. A média de cada uma das emendas foi de Cr\$ 11,9 milhões, ou US\$ 46 mil, a maior parte delas destinadas à construção de estradas vicinais e rodovias estaduais. Acontece que o custo médio de construção de um quilômetro de estrada vicinal é de US\$ 50 mil e de US\$ 100 mil o quilômetro de rodovia estadual. Ou seja, os recursos destinados mal dão para se construir um quilômetro de estrada vicinal ou meio quilômetro de rodovia estadual.

— Não podemos aceitar tal pulverização dos recursos orçamentários sob pena de realizarmos um orçamento aparente-

mente democrático, mas inócuo — afirmou a Deputada Irma Passoni (PT-SP).

O Deputado Paulo Hartung (PSDB-ES) contestou ainda a falta de critérios sociais de José Luís Maia. Ao contemplar todos os Estados, o Relator deixou de lado a necessidade de incentivar o desenvolvimento das regiões mais carentes, objetivo da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Maia, inclusive, privilegiou alguns Estados mais ricos em detrimento de regiões mais pobres. Nesse sentido, enquanto a Região Norte inteira recebeu Cr\$ 892 milhões, o Estado de São Paulo recebeu Cr\$ 800 milhões. Pressionado, disse que tentara contemplar o maior número de emendas, por entender que em todos os Estados há regiões que precisam de incentivo.

A princípio, Maia recusou modificar seu relatório. O PT e o PSDB ameaçaram iniciar processo de obstrução da votação do Orçamento. Chegou-se, então, a um acordo. Maia concordou em retirar as emendas inferiores a Cr\$ 20 milhões e mantê-las apenas como indicação ao Relator Geral, Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), para acolhê-las, caso possa destinar-lhes um volume maior de recursos.